

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2025

Ata n.º 40

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Cultural e Recreativo da Guia, por convocatória de catorze de fevereiro, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----

Primeira Secretária: Luis Matias Afonso; -----

Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 27-01-2025; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos **Apoios** concedidos às **Juntas de Freguesia** do concelho; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento do **Relatório Anual 2024 da CPCJ** de Albufeira; -----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento da **Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara Municipal**; -----

PONTO SEIS: Tomada de conhecimento da **Demonstração do Desempenho Orçamental e demonstração dos Fluxos de Caixa**, relativos ao ano de 2024; -----

PONTO SETE: Tomada de conhecimento das **Declarações de Compromissos Plurianuais e de Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2024**; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da **Retificação da minuta de constituição do Direito de Superfície, pelo Município de Albufeira, a favor do Instituto do Emprego e Formação profissional, respeitante a prédio situado no Tomilhal, freguesia de Ferreiras, tendo em vista a construção e instalação de um Polo de Formação**; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do **Acordo de Mutação Dominial de vários troços da EN395 e EN270, entre o Município de Albufeira e as Infraestruturas de Portugal, S.A - Revisto 26/12/2024**; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21

de Fevereiro, referente ao **Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público**; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, bem como no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público da Empreitada de Execução de Coletores e Ramais de Águas Residuais e Pluviais; -----

PONTO DOZE: Renovação/Substituição de 3 membros designados pela Assembleia Municipal, para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ; -----

PRESENCAS: Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, David Antony Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Teresa Cristina da Palma Neto, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, Margarida Maria Jorge Guilherme, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, da freguesia da Guia - Dinis Nascimento e de Paderne - João Ruaça. -----

Faltas: Raul Ferreira, Helena Simões e Cláudia Raimundo. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, David Ferreira, Teresa Neto e Rui Serôdio. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Desidério Jorge da Silva, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Assembleia: "Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia queria agradecer o facto de nos ter recebido aqui, e de contar connosco para mais uma sessão desconcentrada da Assembleia Municipal, que temos estado a fazer, nas várias freguesias. A Guia não podia deixar de ser também contemplada com



uma Assembleia Municipal desconcentrada. Quero também realçar o facto de sermos sempre muito bem recebido nesta freguesia." -----

Presidente da Junta de Freguesia da Guia: "Boa noite a todos, em primeiro lugar sejam muito bem-vindos à freguesia da Guia. Quero começar por agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por ter marcado uma Assembleia na nossa freguesia, que é bastante importante e, faz muita falta. Agradecer também ao Presidente da Câmara Municipal, cumprimentar toda a Mesa, todos os deputados e vereadores, os meus colegas presidentes de Junta e todo o público em geral. Para quem não conhece a nossa freguesia, vou fazer uma pequena caracterização, tem uma área de aproximadamente vinte e sete quilómetros quadrados, segundo os últimos censos de dois mil e vinte e um, temos cerca de cinco mil habitantes. É uma freguesia conhecida pelo frango da Guia, mas também temos outros restaurantes que dão bom nome à nossa freguesia, temos os apoios de praia que são excelentes, servem muito bem, têm muita qualidade, e outros restaurantes de carne e peixe. Temos também um dos restaurantes que, recentemente foi eleito novamente como o melhor restaurante de Hotel da Europa, na Vila Joya, temos também o Zoomarine, que também foi eleito recentemente o melhor parque temático do mundo. A nossa freguesia é a quinta freguesia do Algarve com mais alojamento local, estudo feito por um jornal regional. Senhor Presidente, temos muita qualidade, mas ainda nos falta algumas coisas e, vou desde já, aproveitar este bocadinho e, tudo aquilo que eu aqui vou falar já falei em várias Assembleias, já falei em várias reuniões, mas nunca é demais voltar a reforçar. A nível de habitação, é um problema geral, mas na nossa freguesia, infelizmente temos muitos jovens que não se conseguiram fixar aqui na Guia e, muitos deles vão para outras freguesias, dentro do concelho, ou mesmo para fora do concelho. Outra situação, é o passeio para o Shopping, também sei que em conversa com a Infraestruturas de Portugal têm um projeto, que está nas mãos deles, mas também tenho feito algum reforço junto deles, para colocarem tipo aquelas balizas de proteção, junto às bermas para proteger os peões que lá circulam, visto passar lá muita gente que vai da Guia para o Shopping e vice-versa. Outra situação também já falada é em relação ao parque infantil da Quinta do Penedo, parque das merendas, foi um parque que infelizmente algumas das peças foram roubadas, há sensivelmente três anos e, de lá para cá nunca mais foi repostado nada e, era importante que fizessem um projeto novo para aquela situação. Pedia também um espaço, também, parque infantil



em Vale de Parra, é algo que já foi falado várias vezes mas que também não existe e naquela zona existem muitos hotéis, quatro e cinco estrelas, é uma zona de lazer, de turismo, e é bastante importante para o dia a dia das crianças, como para quem lá passeia. Uma das coisas que temos vindo a falar, já há alguns anos, que o projeto já está em andamento é a nossa sede para a Junta de Freguesia da Guia, era bom recebê-los numa sala mais confortável, com outras cadeiras, outra temperatura, mas infelizmente não temos. O projeto que foi falado na altura com o senhor Presidente, e a Câmara adquiriu esse terreno, é junto ao cemitério da Guia, foi falado fazer toda a área um parque de estacionamento subterrâneo, com as instalações da Junta de Freguesia da Guia por cima, e um espaço multiusos para vários eventos. Na altura, achei por bem, indicar à Câmara que se deveria dar o nome àquela praça de José Carlos Ramires, que foi o fundador do frango da Guia, foi a pessoa que nos fez elevar a todo o mundo esta nossa iguaria. A nível da rotunda, o senhor Presidente disse-me que já está o projeto em andamento, junto ao polidesportivo, ao mercado municipal, é uma zona que dá acesso à escola EB1/2/3 da Guia. Esta escola foi inaugurada pelo senhor Presidente, na altura estava como vereador, o senhor Desidério também, foi em dois mil e onze e, na altura tínhamos apenas cento e tal alunos, hoje já vai com quinhentos e tal alunos, por isso todas as manhãs aquele cruzamento é bastante perigoso, é uma zona de muitos acidentes, muito complicada. Dizer que, também está aqui um dos representantes do Guia Futebol Clube, um dos projetos que a Câmara já elaborou, são os balneários do campo sintético, os que lá existem são curtos, não dão para todas as equipas se equiparem, acho que também é algo que seria pertinente ser feito, tendo em vista que vamos agora passar a ser a cidade europeia do desporto dois mil e vinte e seis. Por último, um problema já antigo da nossa freguesia, o ribeiro que atravessa o centro da Guia, que por vezes existe ali algumas ligações, alguns entupimentos que faz com que o esgoto vá parar ao ribeiro, que dá origem um grande mau cheiro, que em pleno dois mil e vinte e cinco é chato. Senhor Presidente, obrigado, uma vez mais, por ter marcado aqui esta Assembleia e obrigado a todos pela presença." -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Gabriela Pacheco: "Muito pode mudar num ano. Nos cinquenta anos de vinte e cinco de abril, Teresa Salgueiro com a sua voz e força inspiradora, fez soar na liberdade na fachada da Câmara Municipal de Albufeira que se encheu de cravos e memórias. Cantamos Grândola mais que uma vez. Chorei em todas elas, pela força da arte, pela



força de intervenção, pela admiração aos homens e mulheres que foram maiores do que eles próprios, para que eu possa estar aqui a dizer o que vou dizer. Senti orgulho, menos de um ano depois, estiveram trezentas vozes a ovacionar Salazar, a metros da fachada onde se cantou *Grândola*, uma fachada de fascistas saudosos. Uma ovação ao regime autoritário, caracterizado pela censura, pelo controlo da imprensa e da cultura para evitar críticas, pela perseguição a opositores políticos, pelas prisões arbitrárias, pela tortura e pela miséria em que manteve o povo, senti vergonha. Recordei Catarina Eufémia, um dos símbolos da resistência contra a ditadura, trabalhadora rural, portuguesa, assassinada pelo regime com três tiros por exigir melhores condições de trabalho. Tinha 26 anos, três filhos, um deles de oito meses ao seu colo, quando foi baleada, estava grávida de um quarto. Isto foi o que o regime salazarista fez aos portugueses e às portuguesas. Para um município que tanto gosta de ajustes diretos, digam-me se esta não seria a mais importante de todas, quando o sol baixou e as tochas salazaristas se ergueram, aquela fachada ter sido iluminada novamente de cravos e *Grândola* teria ecoado em repetição para demonstrar que aqui em Albufeira, o regime salazarista não tem lugar. Hoje vim à casa da democracia de Albufeira questionar a única representação assumida, repito, assumida com demonstrações antidemocráticas, o CHEGA. Qual é a opinião do CHEGA sobre esta ovação a Salazar? Não vale a pena negar, eu ouvi, eu estive lá. A minha questão não é sobre os desafios da emigração, nem sobre os problemas socioeconómicos, é sobre em que regime esses desafios devem ser encarados, enfrentados e resolvidos? São dispensáveis malabarismos de oratória que fujam à questão. Meus senhores, a base da política está na ideologia, e esclareçam a vossa, para que não existam dúvidas acerca do que estou a perguntar à representação do CHEGA, regime salazarista, vinte e cinco de abril, qual é o vosso posicionamento?" -----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, sobre o que acabei de ouvir também queria dizer que nós avisámos, não fui só eu, um mês antes que isto iria acontecer e, ainda bem que correu tudo bem. Queria dizer que estamos informados de toda esta manifestação que ocorreu. Sobre o código de conduta, numa cidade fortemente dependente do turismo e do mar, não concordo que se tente proibir o uso de calções ou fato de banho na via pública. Uma medida como esta só servirá para afugentar turistas, prejudicar o comércio local e afetar negativamente a economia da região. Considero também a norma manifestamente inconstitucional. Em vez de criar normas redundantes o



município deveria focar-se nos problemas reais que afetam a população, como a segurança pública, o crescimento urbano descontrolado, imigração ilegal e o barulho noturno excessivo que compromete a qualidade de vida dos residentes e turistas. Alerto ainda para a insegurança jurídica, gerada por conceitos vagos e subjetivos presente no regulamento que poderá abrir espaço para interpretações arbitrárias e abusos na sua aplicação. E com apenas poucas dezenas de agentes de polícia para fiscalizar milhões de turistas anuais, a proposta revela-se não só impraticável, como um risco para a reputação internacional de Albufeira. De facto, considero um tiro no pé a nível de marketing, como foi passada a mensagem na comunicação social, redes sociais, etc. O município que muitas vezes potencia resultados obtidos com belas maquilhagens de marketing, desta vez, não foi eficaz. Também me preocupo com o ponto J, que diz que, proíbe a prática desportiva, recreativa, cultural de lazer ou artística fora dos locais especialmente vocacionados para o efeito. Se aplicado sem bom senso, isto impede que os nossos jovens joguem futebol nas praças, petanca nos espaços verdes, aulas de dança em parques, cricket em terrenos baldios, tudo coisa que já acontece em Albufeira. Concordo que há que impedir isso em alguns pontos, como a praça da baixa, espero que haja bom senso, em muitos outros lugares da cidade. Também a promoção que está sendo feita nesta semana sobre Albufeira, Albufeira todo o ano, tem o nome da campanha que o município apresentou esta quarta-feira, dezanove de fevereiro, na qual destaca oferta turística até pode ser vivida em todas as estações do ano no concelho. A mensagem corretíssima e de louvar, não acho que irá resultar por dois motivos, os canais mais eficazes e com muito mais alcance que qualquer outra, atualmente, sobretudo em Albufeira, e Portugal são as redes sociais e nesse ponto, o trabalho feito pelo município é muitíssimo aquém do que Albufeira precisa. Segundo tenho visto nesses vídeos, tenho visto vídeos nesse sentido, onde o destaque e a apresentação é feita pelo Presidente da Câmara. Quis o Presidente em ano de eleições, politizar a mensagem faz com que não obtenha a divulgação que deveria ter e, também acho que seria mais eficaz se essas apresentações tivessem sido feitas por alguém que tem essa profissão, seria mais neutral e apelativa, e as pessoas se focariam na mensagem, que é corretíssima e não no mensageiro. Bom marketing, para o partido político, mas não eficaz para a cidade toda. Esta é a minha opinião e uma opinião diferente não nos faz inimigos, a minha mãe, por exemplo, concorda que seja o Presidente da Câmara apresentar e, a fazer estes vídeos,



portanto, não é porque eu tenho uma opinião diferente que nos faz inimigos, digo isto, porque muitas vezes também estamos sempre por ter opiniões diferentes a levar no pessoal e eu acho que é um erro, é só uma opinião política.” -----

António Dias: “Muito boa noite a todos, eu acho que foram muito felizes as primeiras duas intervenções, porque enquadram perfeitamente aquilo que eu vinha aqui dizer. Falou-se em vinte e cinco de abril, mas nós estamos perante um código de conduta ou um código de moralidade que faz lembrar o vinte e quatro, temos de pensar seriamente nisso. Falou-se em ruído e, no entanto, as pessoas desconhecem que, desde que se pague uma taxa de ruído em Albufeira, se pode fazer barulho que se queira, não há limites, taxas que são dez, quinze, vinte, trinta vezes superiores às que se praticam os concelhos vizinhos e que é este o único ponto que me afeta a mim, pessoalmente, como músico, que me tiraram quase metade do meu ganha-pão no verão passado, à conta dessas referidas taxas. Porque são incomportáveis para a maioria das esplanadas e espaços públicos comerciais para pagarem, têm de cancelar a música, é muito simples. Esses cancelamentos implicam o tal turista de qualidade, que é um unicórnio que, de facto, ninguém consegue explicar o que é, e deve levar a uma pergunta. Afinal, o que é que queremos? Vamos ter uma campanha nacional para trazer turistas todo o ano. O politicamente incorreto que vou dizer é uma verdade, mas não se pode dizer, é proibido, vamos ter mais turista de qualidade de duas bicas e sete copos de água, é isto que queremos Albufeira. Depois temos a questão de, enfim, códigos de conduta. Ora bem, César disse que para se controlar a plebe é preciso pão e circo, ora, circo em Albufeira temos só de verão, então para adicionar ao circo criou-se um código de conduta. O que me preocupa de forma expressiva é o seguinte, quem é que elaborou este documento? Que noção têm da realidade da indústria turística neste concelho? Eu vou dizer zero, zero. Eu não sou empresário, não tenho interesses nesse sentido, eu sou um operário da indústria turística desde mil novecentos e oitenta e oito neste concelho, assisti ao crescimento do turismo e as pessoas continuam com o unicórnio do turista de qualidade. Qual é o efeito? Eu tenho centenas de pessoas que conheço há imensos anos que estão fidelizadas ao destino Albufeira, e que são famílias, e o que é que elas me dizem? Esses senhores devem pensar que nós somos atrasados mentais, que não sabemos distinguir o que é ir para a baixa, ou ir para Oûra à tarde, ao início da noite, e que às onze da noite já não é um local interessante para se estar. Essas pessoas também não sabem que, se calhar, os jovens muitos deles que estão nestes



locais, a essa hora, a primeira vez que estiveram usavam fralda, foram trazidos pelos pais ou pelos avós. Há uma fidelização que está a ser destruída, e digo mais, vou mais longe, a má imagem de Albufeira está a ser feita por esta aberração que chamam código de conduta e sabe porquê? É muito simples, o grande problema de Albufeira é que é um destino caro, demasiado caro para famílias. As famílias já não podem vir quinze dias, como vinham antes. Quem é que pode vir? São precisamente quem vem para despedidas de solteiro, celebrações de cinquenta anos, festas especiais às empresas que têm poder de compra para em três a quatro dias virem fazer aquela esbornia ou sodoma e gomorra com muitos promovem. E nós não podemos deixar de pensar nesta situação, não é um código de conduta, são três "i", é uma ignorância, é uma idiotice e uma insanidade. Porquê? Parece ofensivo, permitam explicar é uma ignorância porque claramente, quem fez o código de conduta desconhece a realidade do turismo no terreno, é uma idiotice, porque quando se diagnostica uma doença mal, receita-se a cura errada e se calhar, mata-se o paciente com a cura, e é de facto uma insanidade, porque as pessoas não têm consciência do impacto negativo que isto vai ter na imagem de Albufeira, que é precisamente aquilo que querem evitar, ou seja, matamos o paciente com a cura e não de facto com a doença que ele tem. Seria bom que a pessoa que é autora do código e a equipa que o elaborou, ao abrigo de uma transparência que se deseja, divulgassem quem participou nesse processo, porque vai chegar uma altura em que vamos ter de apontar responsabilidades. É um ano de eleições e se o referido código de moralidade ou de conduta for de facto aplicado, que eu tenho sérias dúvidas pelas questões constitucionais e legais que já foram aqui apontadas, vamos ter que no final do verão apontar responsabilidades a quem de direito e fazer isso ter reflexos no processo elaborado." -----

Ricardo Neves: "Agradecer ao senhor Francisco Oliveira, em primeiro lugar por me ter enviado as respostas que eu fiz em Maio ou Junho, por email ao Senhor Presidente, porque até hoje ainda não recebi, passaram seis ou sete meses, nem sempre posso vir, porque acho que a esta hora para quem trabalha ou para quem tem de se deslocar no Algarve acaba por ser complicado para vir as sete e meia estas reuniões. Antigamente fazia-se sempre às nove horas, fosse em Paderne ou em Albufeira, mas era sempre um horário de conveniência, muita gente tem estabelecimentos, não pode fechar os estabelecimentos para vir às sete e meia aqui. Este é o primeiro reparo, o segundo reparo, fazer um convite ao senhor Presidente da Câmara para fazer uma vistoria às

vitorias feitas pelos seus técnicos. Eu em dois mil e vinte e dois fiz um pedido de uma auditoria a uma moradia, essa vistoria foi feita passado um ano, não foi feita na época das chuvas, foi feita na época de inverno, porque houve um funcionário da câmara de Albufeira que por lapso, não lançou no sistema o meu pedido de vistoria, e depois na altura, o engenheiro Paulo Pereira, na segunda vez, quando eu lá fui veio me dizer, olhe, mas isto não está no sistema. E o mais engraçado, passados seis meses, em plena época de verão, foram lá fazer uma vistoria, não traziam equipamentos, olharam para as casas e para as paredes e deram-se ao luxo de passar um documento a dizer que estava tudo bem. Por isso, Senhor Presidente, fica aqui o convite, com o Senhor Presidente agora já anda mais cá fora na rua, faça o favor de me acompanharem a uma visita, pode levar o senhor Paulo Pereira, os três fiscais que lá foram não, porque não irei voltar a permitir a entrada deles, porque um fiscal que vai fazer uma fiscalização e que não tem um aparelho para medir humidade, não leva uma escada para subir a um teto para ver as condições das casas, não está a fazer nada da câmara. Por isso, aqui fica o convite para o Senhor Presidente." -----

Manuel Merciano: "Boa noite a todos, o que me traz aqui o código de comportamento que está para consulta pública e que, muito sinceramente senhor Presidente, eu acho que o senhor entrou na onda das campanhas eleitorais, já se começou a campanha para as presidenciais, e o senhor quis começar a campanha para as autárquicas. Só que este documento, este conjunto de medidas não vai trazer nada de novo à cidade, ou seja, claramente é um conjunto de medidas para enganar os albufeirenses. Eu passo a explicar porquê, a polícia municipal a passar coimas é ilegal, a polícia municipal não o pode fazer. Em relação ao ruído, tanto a Câmara como a GNR não têm uma máquina decibéis para conseguirem controlar o som, portanto, e a polícia municipal tem apenas um horário, entram às nove da manhã e saem às nove da noite. Quem vai fiscalizar o som às duas, três, quatro, cinco da manhã? Portanto, são duas coisas, que eu não sei quem foi o iluminado que fez este conjunto de medidas, mas isto é claramente para enganar os albufeirenses. Depois eu não sei até que ponto é que este pacote pode se sobrepor às leis nacionais, ou seja, a lei nacional é bem clara, pode-se andar em tronco nu, pode-se andar de biquíni, pode-se andar de calções na rua, portanto, eu não sei até que ponto é que este conjunto de medidas não vai entrar em choque com o direito civil e o direito penal. Entretanto, o problema que realmente acontece em Albufeira, eu não sei porque é que os senhores não têm a coragem de o resolver é simples, é o turismo



em massa de homens e, é a festa de finalistas com um bando de miúdos que vem para aqui destruir e homens que há um hotel de Albufeira que tem ocupação de quinhentas pessoas, quatrocentas e noventa no verão são só homens e quando um conjunto de dez ou doze homens vão para a baixa ou vão para a rua da Oura é óbvio que vão à procura dos desacatos, vão à procura de sexo, drogas e álcool. Eu não sei porque é que este conjunto de medidas não retrata, não vai facilitar em nada, isto vai ficar tudo na mesma, portanto, eu não consigo perceber, não sei e volto a repetir, não sei quem foi o iluminado que fez isto, porque não vai resolver absolutamente nada, aliás, eu no ano passado numa Assembleia, perguntei à Câmara porque é que não se exigia turismo de qualidade, ou turismo familiar, e o senhor Presidente disse, "não temos nada a ver com isso, isso é com os empresários", é mentira. Eu liguei para o Turismo de Portugal e para a Direção Regional Turismo do Algarve e resposta que me deram foi a Câmara de Albufeira se não tem turismo familiar e turismo de qualidade é porque não quer, eu percebo porquê, porque neste aspeto, quem manda na Câmara sou os empresários da noite e realmente não interessa o turismo familiar, nem o turismo de qualidade por uma simples razão, consome-se menos álcool, consome-se menos droga, e se calhar não há tanta procura na prostituição e é uma vergonha, os senhores é que foram eleitos pelo povo e quem manda na Câmara neste aspeto é os empresários da noite. E a continuar assim, Albufeira já bateu no fundo e vai continuar a bater, portanto, este conjunto de medidas para enganar os albufeirenses não vai resolver absolutamente nada." -----

Ana Almeida: "Boa noite a todos, Senhor Presidente temos famílias jovens que querem viver em Albufeira, que querem trabalhar em Albufeira e que não têm acesso a uma casa para morar, que é um direito fundamental e básico, acabam muitas vezes por morar nos concelhos limítrofes, em Silves, na freguesia de Algoz ou em Tunes. Temos médicos, professores, profissionais da restauração, da hotelaria que querem e têm trabalho e que esbarram nesta carência habitacional. Os próprios empresários precisam de pessoal para trabalhar e muitas vezes não conseguem encontrar precisamente para esta carência. São, diria eu, milhares de famílias, são crianças, são jovens que não têm teto condigno para morar. Em vinte e cinco anos deste executivo, o parque habitacional público resume-se a pouco mais de quarenta e quatro fogos em Paderne e a dezoito apartamentos espalhados por Albufeira que foram adquiridos por este executivo e que estão agora a concurso. Estamos a falar de pouco mais de

sessenta fogos. É manifestamente pouco Senhor Presidente. E os anos passam, os mandatos passam e a estratégia deste executivo para a habitação é praticamente inexistente. Aqui na Guia, por exemplo, a última vez que se construiu parque habitacional público, ainda estávamos no século vinte, por isso, pergunto onde está a Carta Municipal de Habitação de Albufeira? Trata-se de um documento, que está previsto na Lei de Bases da Habitação, que data de dois mil e dezanove, é um documento estratégico essencial no combate à crise da habitação que se agrava todos os dias. Trata-se de uma necessidade urgente, há um espaço de definição de política pública local por preencher, pois é este documento que permite, nomeadamente, fazer um diagnóstico das carências de habitação na área do município, que permite identificar as potencialidades locais ao nível habitacional, os solos que são urbanizáveis, os edifícios abandonados, os fogos devolutos. É este documento que obriga o município a traçar objetivos, prioridades e metas para alcançar num determinado prazo de vigência, normalmente dez a doze anos. É este documento que permite identificar os agregados familiares em situação de manifesta carência de meios para acesso à habitação, é a Carta Municipal de Habitação que permite verificar situações de perda populacional, intervenções a desenvolver para inverter esta tendência. A Carta Municipal de Habitação habilita também o município e a Câmara através da Câmara a recorrer ao PDM, PDM esse que também está ainda a aguardar por uma revisão e uma atualização, permite rever o PDM no reforço daquilo que são as áreas destinadas ao uso habitacional, permite criar condicionamento nas operações urbanísticas privadas para que haja uma responsabilidade social também dos agentes privados que podem contribuir para mitigar este problema que afeta diretamente ou indiretamente a todos, seja a nível económico e social. É um documento absolutamente inovador e fundamental, porque prevê uma avaliação anual na sua execução, um relatório anual que deveria vir todos os anos à Assembleia Municipal e, por isso, Senhor Presidente, não tendo estas respostas nesta Carta Municipal de Habitação, pergunto, é o Senhor Presidente e este executivo capaz de responder se existe um levantamento concreto a uma estimativa do número de agregados familiares em situação de carência de meios para aceder à habitação? Quais são as prioridades, as metas para a política de habitação da próxima década? Qual é a visão, a missão do executivo? Se pretende suprir metade, dois terços, três quartos das carências habitacionais projetadas nos próximos dez anos? Qual é a percentagem atual de

parque habitacional público no concelho atualmente? E qual é a meta para dois mil e trinta e cinco? Se estamos em um por cento ou dois por cento agora, não sei, diga-me senhor Presidente, qual a meta então a atingir em dois mil e trinta e cinco? Oito por cento, dez por cento, vinte por cento? Qual o valor estimado do investimento global que será necessário para atingir essas mesmas metas? E se existem ou estão previstas aquisições de terrenos para desenvolver programas habitacionais com dimensões avultadas de centenas de fogos, porque só essas serão capazes de responder às reais necessidades atualmente. Por fim, relativamente à estratégia local de habitação, que esse sim é um documento que já existe e que já está provado, não seria de atualizar também este documento? Uma vez que temos também uma dinâmica de mercado que alterou, temos o aumento dos preços de construção e dos terrenos, e cada vez mais a necessidade de habitação é uma realidade. Terminando dizendo, Senhor Presidente, que a campanha do Senhor Presidente foi assente num slogan que dizia que a Albufeira era o melhor lugar do mundo para se viver. Tenho muita pena que seja cada vez mais difícil viver em Albufeira." -----

Presidente da Câmara: "Cumprimentar todos os presentes, agradeço as vossas questões. Primeiro quero responder a algumas questões levantadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, que aproveitou para apresentar um rol de necessidades que a freguesia tem. Fala na habitação, e assim respondo também à Ana Almeida, adquirei há uns meses um terreno com cerca de quatro hectares, aqui bem perto, em que o objetivo é colocar para habitação, que neste momento é rústico, mas poderá vir a ser urbano e o objetivo é esse. A estratégia municipal de habitação está feita, está identificada e estão elencadas e mapeadas todas as necessidades, nos mais diversos níveis. A habitação, para além dos quarenta fogos entregues em Paderne, para além dos dezoito que foram agora a concurso, foram aquisições que foram feitas ao longo do tempo, existem três projetos, um deles com sessenta e oito ou sessenta e nove habitações nas Fontainhas, está apenas à espera da definição das entidades centrais, no sentido de perceber a questão se há ou não as características de recurso ao empréstimo BEI, só depois disso é que poderá abrir concurso, está à porta para se abrir esse concurso, à volta dos catorze milhões de euros. Temos, nos Calços, junto ao Mercado Municipal um outro conjunto de fogos habitacionais, salvo erro vinte e oito ou vinte e nove, também vai ser dentro das mesmas perspetivas. E temos depois um outro, na Samora Barros, vinte e quatro ou vinte e cinco fogos, que o projeto também está

praticamente terminado. Para além disso, há uma série de terrenos que fomos adquirindo, ao longo do tempo, que disse várias vezes nesta Assembleia, em que um dos principais objetivos é precisamente a construção de habitação. Evidentemente que essa construção de habitação não passa apenas por a única forma de financiar, que é através dos fundos ou através de capitais próprios, passa também a custos controlados, por exemplo, lançar concurso para habitação a custos controlados, lançar concurso para, por exemplo, cooperativa. Há muitos anos havia grande recurso a cooperativas, entretanto isso deixou de acontecer, e está outra vez a começar a aparecer. Isso é importante, porque haveria uma cedência dos terrenos a essa cooperativa e a cooperativa organizava-se e faziam eles próprios as suas construções. Portanto, não é verdade que não se ligue à habitação. Evidentemente que isto tudo não se resolve imediatamente, não, existe muita falta de habitação, e quando se diz que o PDM não está capaz de construir habitação está. Eu lembro que em Paderne existe alguns terrenos que dá para construção e ninguém construiu lá. Isso é um exemplo, evidentemente que essa construção poderá não ser a preços que vem dentro da chamada habitação social, ou a rendas acessíveis, mas isso cá estamos noutros modelos, como já disse, a custos controlados, ou através dos empréstimos do IHRU, ou dos empréstimos do BEI, a ver vamos que isso rapidamente é capaz de vir ao de cima, essa situação e estamos em condições de lançar os devidos concursos. O presidente da Junta da Freguesia da Guia falou na questão do passeio para o Shopping, já lhe disse algumas vezes, e vou repetir novamente, o passeio do Shopping é um passadiço que se pretende fazer entre a rotunda que está aqui ao nosso lado e o Shopping, no sentido de salvaguardar as pessoas que vão a pé, que não são poucas, para o trabalho ou para outra circunstância e que vão sempre em situação perigosa. Já apresentei isto a dois Ministros das Infraestruturas, o que dizem é sempre a mesma coisa, é uma situação que ainda está em tribunal, a concessionária meteu em tribunal o Estado Português, por causa da variante Albufeira e isso está tudo na concessionária, segundo me diz este Ministro está quase a ser resolvido, esperemos que sim, para podermos fazê-lo, ou as Infraestruturas ou nós, mas provavelmente as Infraestruturas vão fazer. O segundo ponto, o parque infantil, já falei com o senhor vereador, as peças que estão em falta estão para ser repostas. O parque infantil de Vale Parra, é uma questão de se estudar, a rotunda junto à escola já está, como já lhe disse várias vezes, está em projeto, vamos ver se rapidamente se faz a obra até o verão. A sede da Junta de

Freguesia da Guia é um processo que tinha tudo para correr bem e depois correu mal a questão da feitura do projeto de arquitetura, estamos a ver se é possível fazer o projeto com outro arquiteto, vamos ver se isso é possível em termos legais. Depois a questão deste ribeiro, o ribeiro há de estar cá sempre, de vez em quando há ali uns maus cheiros, mas acho que antigamente estava pior, e gora a situação já está mais ou menos resolvida, penso eu. A senhora Gabriela Pacheco, sobre a manifestação, corroboro das palavras, tudo isto são situações que nos escapam, não somos nós que autorizamos ou deixamos de autorizar, não somos nós que contrariamos ou deixamos de contrariar, temos que assumir, apenas recebemos a comunicação que iriam acontecer duas manifestações, informamos a Guarda Nacional Republicana, eu próprio promovi duas ou três reuniões entre pessoas da Câmara e a GNR, para evitar males maiores, isso foi evitado, as coisas correram relativamente bem. Relativamente ao senhor Paolo Funassi, não sei se o código de comportamentos não resolve nada, uma coisa é certa, o código de comportamentos está em discussão pública, aconselho e sugiro às pessoas que têm alguma opinião, seja ela positiva ou negativa, sobre alguma alteração, alguma sugestão a acrescentar à redação sugiro e peço que colaborem nessa discussão pública, o objetivo é mesmo esse, que as pessoas colaborem, que as pessoas de uma forma, associada, em grupo, ou individualmente possam colaborar na sua melhoria. Uma coisa é certa, não ficou indiferente, e discute-se essa situação e é muito importante isso. Se não houvesse código de comportamentos já isto tinha sido positivo, o que é certo é que isto é para acabar, depois da discussão pública terminada recolhe-se toda a informação que foi chegando, o grupo de trabalho analisa, propõe, a Câmara discute e aprova, em caso de aprovação remete à Assembleia Municipal e depois é discutido aqui na Assembleia Municipal e é votado. Se for aprovado vai para publicação em Diário da República e no dia a seguir ao ser publicado está em vigor. A questão das coimas ou não coimas, são questões que se vão ultrapassando, há pessoas que dizem que não temos polícia municipal suficiente para ver as infrações que dão origem a essas coimas, mas já alguém pensou que mesmo no Código da estrada não há policias suficientes da GNR e Brigadas de trânsito, para ver se um condutor pisa o traço continuo? Quantas vezes é que nós pisamos o traço continuo, há muita coisa que nós fazemos mal, transgredimos numa determinada lei e no entanto, parece que não fizemos mal nenhum, mas fizemos, só que ninguém viu, e aqui pode acontecer a mesma coisa. O que quero dizer com isto é que não é criticável, penso eu, dizer que como há poucos policias já não há coimas, não

é assim, há umas que se vêem e outras que não se vêem, é como em tudo. O senhor Ricardo Neves, vou ver essa questão das vistorias. O senhor António Dias falou com alguma adjetivação menos própria, mas isso fica para o senhor que o disse, entendo esses adjetivos como elogios. A questão do turismo de qualidade, que falou o senhor Manuel Merceano, estava aqui a ver uma notícia que saiu no Postal do Algarve, a informar sobre números do INE, em que o título desta notícia diz que Albufeira e Portimão impulsionam o turismo no Algarve, e diz que Albufeira teve no ano de dois mil e vinte e quatro sete milhões e setecentas mil dormidas, e um peso de nove virgula seis por cento do total do país. Albufeira foi o segundo município do país com mais dormidas durante o ano de dois mil e vinte e quatro. Portanto, isto quer dizer alguma coisa. Agora, temos de ter os vários patamares do turismo, o turismo não é só animação noturna, longe de nós, não é só sol e praia, tem de ser muito, com certeza, mas também temos outras perspetivas, temos hotéis de qualidade, se calhar somos o concelho com mais hotéis cinco estrelas do Algarve, e perspetiva-se outros, mais dois ou três, pelo menos, há aqui vários níveis de turismo, evidentemente que se me perguntarem se eu queria cá aquela gente jovem que vem fazer as despedidas de solteiros, desta forma acho que não, evidentemente que eles são bem vindos, desde que não haja estes comportamentos menos próprios. Agora, quem é que controla isto? Isto, não sei se é controlável, lá fora, isto podia ser controlável através das agências que vendem estes pacotes no estrangeiro, que vendem a estadia e aquelas pulseiras para os bares, que chegam e têm tudo pago, e depois há aqueles comportamentos que nós estamos a ver. Já agora parabéns ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guia, por a Guia ser a quinta freguesia do distrito com mais alojamentos locais, e no ano passado houve uma pessoa de Albufeira que tem um alojamento local, e que chegou um grupo de cinco ou seis jovens estrangeiros, e o ele perguntou as idades e todos tinham menos de dezassete anos, eram todos menores, e o que ele fez, foi mandá-los embora, não lhes deu habitação porque não havia ninguém para se responsabilizar. Os pais, lá no estrangeiro deixam os seus filhos vir para cá, nós o que é que podemos fazer? Não podemos fazer grande coisa, temos é que acompanhá-los, tal como fizemos o ano passado, acompanhar com a GNR, Proteção Civil, Polícia Municipal, com os Bombeiros e Cruz Vermelha, fizemos esse acompanhamento na Oura e na baixa e este ano vamos começar logo no princípio do verão. Não podemos esquecer, ninguém falou nisso, era bom que falassem, ao menos para regozijar, para mostrar satisfação, parece



que ninguém ficou satisfeito com as sessenta e cinco câmaras de videovigilância que estão em plena função, nisso ninguém falou. Mas quando não estavam, andavam várias vezes a perguntar, e eu dizia o que se passava, que foram graves problemas de organização entre a GNR e a empresa que fez o software. Neste momento estão em pleno funcionamento, estão a ser usadas pela GNR, numa sala no quartel e com monitores também em Faro, no quartel geral do distrito, e que vai servir, com certeza, quanto mais não seja, dissuadir e não só, também vai servir de prova para algum desacato que possa haver. Portanto, isso vai ajudar a resolver, eu tenho dito e vou continuar a dizer, nada resolve tudo, todas estas coisas, desde o código de comportamentos, desde as câmaras de videovigilância, desde a sensibilidade dos hoteleiros, a sensibilidade dos empresários da noite, tudo isto ajuda a resolver, tudo isto pode ser de contributo para resolver o problema. Não é um telefonema para o Turismo de Portugal que vai dizer que o turismo de Albufeira não é melhor porque a Câmara não quer, isso não é assim." -----

António Dias: "Eu aproveitando o facto de ter havido intervenções mais curtas, vou tomar a liberdade de esclarecer alguns pontos ao Senhor Presidente, pelo qual tenho imensa estima e conheço há muitos anos. Sabe o que quer dizer parapraxis, não sabe? É que o senhor disse "resolve tudo" e depois corrigiu, "não resolve tudo". Não, não resolve, as câmaras não resolvem, é mais um placebo de segurança, porque alguém que está tão drogado ou bêbado não tem a mínima noção que está ali uma câmara, nem quer saber, não vai evitar nada. E depois, temos uma coisa, que é um indicador grave, o senhor disse aqui uma coisa que tecnicamente é incorreta, Doutor Rolo, nós estamos em dois mil e vinte e cinco, não estamos em mil novecentos e noventa, quando as agências tinham controlo e as unidades hoteleiras tinham efetivo controlo sobre quem vinha. Atualmente a realidade do mercado, eu lamento dizer isto, mas é um desconhecimento da realidade, no mercado atualmente os tais grupos, quando querem vir juntos, fazem um booking online, noventa por cento ou mais das reservas são feitas online, de forma perfeitamente anónima. A unidade hoteleira está sujeita a quem faz o booking e é pago, e isso faz uma grande diferença. E vou terminar com esta ideia muito simples, sabe qual é a única coisa que eu verifiquei, como alguém ligado ao turismo, em termos de comportamento desde mil novecentos e noventa para o presente? Um fenómeno, são menores na rua com sacos de bebidas a consumirem à frente da própria polícia. E sabe porque é que isso mudou? É que tudo o resto, os atos impróprios e até



chocantes sexuais, enfim, já aconteciam em mil novecentos e noventa, eu assisti a eles até quando era funcionário num bar de um ex-presidente da Câmara Municipal, sabe qual é a diferença Senhor Presidente? É isto (mostra um telemóvel) isto é a diferença, não havia internet, não havia redes sociais. Termino com esta ideia, as medidas e as soluções têm de ser contextualizadas ao tempo. Não é estarmos a pensar em normas e em códigos com base em comportamentos e dinâmicas sociais, porque estes problemas também existem noutros países, que são fruto do tempo.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

André Lima: “Boa noite a todos, partindo da Câmara Municipal, os cânticos a Salazar ecoaram na Rua do Movimento das Forças Armadas e na Avenida vinte e cinco de Abril, repito, cânticos a Salazar na rua do MFA e na Avenida vinte e cinco de Abril. Um verdadeiro desprezo pela memória democrática de Portugal e uma afronta a todos os que acreditam nos valores da liberdade, da igualdade e da dignidade humana. Um murro no estômago dos nossos avós que sofreram às mãos de ditadura. Na última Assembleia, alertei para o que se preparavam em Albufeira, uma manifestação antidemocrática, pelos vistos não fui o único, deviam de ter informações internas dos partidos de extrema-direita, veio cá mais alguém também fazer isso. Manifestação antidemocrática liderada por um criminoso, não foi exagero, foi um alerta e confirmou-se. Na sequência da minha intervenção, o CHEGA foi o único partido incapaz de tomar uma posição e quando se escolhe o silêncio diante do extremismo, a mensagem que fica não é de neutralidade, é de conivência. Como ficaram calados há bocadinho, estou muito curioso para saber se têm algum tipo de ameaça para mim hoje também. E para quem aqui dentro, em resposta à minha intervenção se manifestou tão veementemente contra este tipo de ideologias e contra esta manifestação anti vinte e cinco de abril, registo que lá fora, as palavras não se transformaram em ações, nem nas ruas nem nas redes sociais. Se calhar não compareceram, porque não havia zona VIP, é precisamente essa desconexão entre o que se diz e o que se faz, que alimenta o descrédito nas instituições e deixa espaço para que ideologias perigosas cresçam. Senhor Presidente, os problemas que enfrenta neste último ano de mandato não são as questões aqui colocadas, ou o espírito mais combativo de alguns deputados, não é a fiscalização que

esta Assembleia exerce. Isso é a democracia a funcionar. Os grandes problemas são aqueles que crescem quando se ignora, se relativiza ou se adia, são as ideologias antidemocráticas que avançam a passos largos, enquanto esperamos que nada de especial aconteça, foi a forma como Presidente escolheu responder ao meu repto da última Assembleia, ou com "correram bem", como já disse aqui hoje. A prática de não responder, ou de responder sem clareza, vai afastando todos os que ponderam intervir e acrescentar politicamente, porque começam a acreditar que o que aqui se faz é uma mão cheia de nada, e isso sim, vai retirando força à democracia. E falamos em questões tenho duas, espero que mereçam respostas claras, uma já foi aqui mais ou menos questionada. Primeira, foi proposta a separação das freguesias de Albufeira e Olhos de Água, no seguimento do que vai acontecer com mais de cem freguesias em todo o país? Se foi, porque é que não foi aceite. Segunda questão, relativamente à campanha "Albufeira todo o ano" onde vai ser promovida? E numa terra com tanto de bom para oferecer, faz sentido que essa campanha seja construída em torno da imagem do presidente da Câmara que ocupa quase tanto tempo nos vídeos, quanto o resto das filmagens que divulgam a oferta de Albufeira? A campanha bem poderia chamar-se Presidente Rolo todo o ano. Em ano de eleições o que é que isto parece?" -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, como na última Assembleia coloquei algumas questões e depois o Senhor Presidente respondeu, em parte e eu não tive tempo para retorquir em algumas situações, relativamente ao que foi colocado, voltava a uma questão que é exatamente aquele edifício, que está no início da Rua Afonso III, para quem sobe, o Senhor Presidente, na altura, tanto quanto percebi a possibilidade de ali não ser construído, se não é nada construído a Câmara terá de adquirir. Tanto quanto sei, há cerca de dez anos aquele espaço ultrapassou meio milhão de euros. Hoje, o triplo. Penso que, talvez seja possível ali conciliar um desenvolvimento de um projeto privado com a valorização daquele património, tanto mais que hoje um espaço comercial, tem todo o benefício ter ali um elemento cultural arquitetónico interessante. Portanto, eu, digamos transitava, essa possibilidade de investimento para aquilo que eu já tinha aqui proposto várias vezes, que é o museu do Barrocal em Paderne, a ser colocado ou a ser implantado na Casa Menezes. Se calhar essa verba que tanto quanto percebi, que o Senhor Presidente podia estar disponível para aquele caso ali da Rua Afonso III, até que ponto é que não seria muito mais, diria rentável aplicá-la em Paderne até que Paderne, precisa de um projeto âncora, porque se vai



fazer uma receção aos turistas, um posto de turismo, penso que antes deveria era encontrar-se um projeto âncora. E já agora gostava que o Senhor Presidente se pronunciasse, sobre essa possibilidade de negociar essa casa Menezes, claro com os proprietários, obviamente e ali instalar um museu, que há vinte anos é prometido pelo executivo PSD para Paderne. Ainda em Paderne, o Senhor Presidente também falou sobre a um projeto que já estaria em andamento, para aquele edifício, que foi adquirido ao lado da GNR, também gostava de questionar o Senhor Presidente em que fase, em que ponto é que está esse esse projeto. Relativamente ou uma situação que já foi mencionada, tem a ver com o código de comportamentos, gostava também de levantar algumas questões. Em primeiro lugar, se o executivo dá garantias de que não há aqui uma contradição jurídico-constitucional com outras leis superiores? Por outro lado, quem é que vai aplicar e fiscalizar este regulamento? Fica sob alçada só da Polícia Municipal ou há também possibilidade de a GNR fiscalizar? Porque a questão é o problema das coimas, tanto quanto penso que sei, a polícia municipal não pode aplicá-las, portanto, se não é possível aplicar as coimas não estou a ver como é que aquilo tem eficácia, independentemente do articulado puder ou não ser afinado, tanto mais que a Assembleia praticamente não foi ouvida sobre isto. Outra questão que está esta envolvente, penso que é o mais decisivo que é lei do ruído. O próprio código de comportamentos faz alusão à lei do ruído, a questão é se é desta que há coragem para aplicar integralmente a lei do ruído, porque um dos grandes problemas está exatamente na questão do ruído e nos horários dos estabelecimentos comerciais, principalmente os noturnos. Porque é aqui, nesta conjugação de às tantas da noite com altos ruídos que se cria um ambiente próprio, exatamente para todos aqueles excessos, que não vale a pena aqui indicar. Portanto, a questão é, há ou não coragem para aplicar o regulamento ou melhor, a lei do ruído?" -----

Luna Silva: "Viva a democracia, viva o vinte e cinco de abril, viva a liberdade de escolha e viva a liberdade de pensamento, mas, acima de tudo viva o respeito das opções políticas de cada um. Cumprimento todos os presentes, e um especial agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia da Guia, na pessoa do senhor Dinis Nascimento, pela disponibilização do espaço e pela tão acolhedora receção, por fim quero congratular autora Margarida Guilherme, nossa cara colega pela apresentação do seu espantoso livro, "a fábrica de corpos dóceis", fruto de um trabalho exaustivo e de grande dedicação. Prosseguindo, recentemente foi divulgado pela Câmara Municipal de



Albufeira o tão esperado projeto de regulamento de comportamentos de município de Albufeira, o aviso número quarenta e um oitenta e cinco barra, dois mil e vinte e cinco barra dois, publicado no Diário da República e que se encontra atualmente em consulta pública. Durante este mandato, o partido CHEGA sempre defendeu e persistiu junto deste executivo a preparação urgente deste regulamento, face a situações lamentáveis e comportamentos indevidos que têm vindo a ocorrer na nossa cidade. Contudo, cumpre esclarecer que o partido CHEGA não teve intervenção nesta elaboração, pois a única vez, a única reunião de líderes de bancada convocada pela Comissão de Trabalho direcionada pelo Senhor Vice-Presidente, foi agendada com antecedência de apenas quatro dias e em horário laboral, o que resultou que nessa reunião apenas estivessem presentes duas forças políticas. Assim, lamento que a direção da comissão, face a tantas ausências, não tivesse agendado uma nova data, com um novo horário, de forma que todos pudessem estar presentes, uma vez que todos os partidos e todos os movimentos políticos desta Assembleia eram unânimes neste regulamento. Já sobre o seu teor, irei expor o meu parecer de forma muito resumida, face ao tempo que me é permitido pelo Regimento da Assembleia. Os motivos do regulamento são totalmente compreensíveis, era preciso que existisse um regulamento que apelasse ao bom senso do comportamento dos turistas, ao dever cívico da cidadania, da urbanidade, da boa conduta e, acima de tudo, pelo respeito dos munícipes residentes no nosso concelho. Contudo, existem alguns pontos que suscitam algumas dúvidas, do qual passo a enunciar: inclusão de situações, artigo cinco, alínea j), proíbe a prática desportiva, recreativa, cultural, lazer, ou artística fora dos locais especialmente vocacionados para o efeito; alínea i) proíbe o confeccionamento de qualquer tipo de alimentos; alínea l) proíbe a utilização de mobiliário urbano de forma impossibilitar ou dificultar a sua utilização. Esclarecimentos senhor Presidente, sobre a inclusão destas situações, artigo treze, pagamento voluntário, refere que o pagamento voluntário é sempre admissível desde que realizado antes da decisão ser proferida, mas não refere como se seguem os trâmites no caso de pagamento não ser efetuado. Se o turista não tem como pagar de forma voluntária o valor da coima face aos montantes, terá algum prazo para pagar? E como é que será notificado o auto uma vez que se encontra a pernoitar em hospedagens hoteleiras? E se infração ocorrer dentro de estabelecimentos comerciais, só terão responsabilidades os agentes dos estabelecimentos? Posto isto, existem inúmeras situações que podem ocorrer e que



não se encontram previstas neste regulamento. Uma vez que será a Assembleia Municipal a aprovar ou reprovar o mencionado projeto, o partido CHEGA vem propor que seja agendada uma nova data, com um novo horário de forma a que os líderes de bancada de todas as forças se possam reunir para apresentar sugestões, soluções de forma a que seja apresentado um documento completo e adaptado à realidade." -----

Silvia Dias: "Boa noite, em primeiro lugar, queria agradecer à junta de freguesia por nos receber aqui na nossa bela freguesia, como todas as outras um bem-haja, por ceder este espaço para se realizar esta reunião. Gostaria de referir que, no passado dia dezoito do doze de dois mil e vinte e quatro referi que a obra particular de construção a decorrer na freguesia da Guia, encontrava-se a ocupar o passeio impossibilitando os peões de utilizar o passeio e as passadeiras. Venho hoje aqui congratular o facto de os tapumes já terem sido afastados e assim já é possível a passagem dos peões. Considero que todos os utilizadores beneficiaram deste recuo dos tapumes e assim viabiliza-se o passeio e toda a gente consegue passar no espaço em segurança. Outros assuntos que quero aqui referir é que o ribeiro da Guia já existe há muitos anos, e não é só inverno que cheira mal, temos aqui um problema que no verão é muitos insetos e acho que era de referir que seja verão seja inferno, passa ali um riacho de água e se calhar era bom verificar origem dessa situação. Outro assunto que gostaria aqui de questionar o Senhor Presidente, e hoje já falamos aqui muita em habitação, se o executivo fez ou tem um levantamento das casas móveis, aquelas casas de madeira móveis que existem no concelho todo? Posso confirmar, realize caminhadas não só na freguesia da Guia, em todas as freguesias e em todo o concelho existe cada vez mais unidades destas habitações móveis. Era bom termos um resultado de quantas habitações existem." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, boa noite a todos, começaria a minha intervenção por aquilo que é o tema do momento, o código de comportamentos, de conduta. Nós falamos neste código de comportamentos desde o início do mandato e esta bancada do PSD/CDS é das bancadas que sempre defendeu a sua necessidade, mas há outras bancadas aqui presentes que também o fizeram, e na minha perspetiva muito bem, ou seja, já havia a conclusão antes de ele sair de que ele era absolutamente necessário para regular e disciplinar determinadas situações que me parecem a mim que se tinham tornado uma autêntica bandalheira. O que é certo é que, fazendo parte do programa eleitoral, nas passadas eleições da coligação Ser Albufeira, o executivo

cumpriu aquilo que efetivamente vinha no programa eleitoral, assim como cumpriu a questão das câmaras de videovigilância e que, naturalmente, as duas medidas em conjunto me parece a mim que trarão uma significativa diferença naquilo que é o comportamento das pessoas, nomeadamente dos turistas, que muitas vezes pensam que estão no seu próprio quintal, isto é absolutamente claro, sem qualquer respeito pelos moradores, pelos munícipes, pelas famílias, pensam que estão no quintal da sua casa. E perante este tipo de situação, eu tenho a certeza absoluta de que o executivo tomou a medida certa. A comunicação social, nomeadamente alguma comunicação social de esquerda, que também existe em Portugal empolou de uma forma absolutamente negativa, e focou-se em determinados pontos, que na realidade são aqueles pontos que têm menos significado. É lógico que quando se fala em calções, fala-se em calções de banho, não se fala em calções bermudas, mas isso a seu tempo, naquilo que é o período de consulta pública que está agora a decorrer, e que todos temos a hipótese de nos pronunciarmos, eu já me pronunciei enquanto cidadão, as coisas terão hipótese de ser devidamente alteradas. Esse ponto, dos baixos falados na comunicação social, mais empolados terá a hipótese de ser reformulado, por exemplo, como outros que lá estão. Mas há aqui uma questão que me parece importante realçar, porque também houve comunicação social, nomeadamente comunicação social internacional, séria que faz o trabalho jornalístico sério, que o destacou pela forma positiva, recordo aqui o artigo da BBC, por exemplo. O que eu acho que nos devemos focar é que não poderíamos continuar com a situação que tínhamos, algo tinha que ser feito, está a ser feito, pode ser alterado a seu tempo, com a colaboração de todos aqui presentes, os aqui presentes enquanto deputados municipais tem a responsabilidade máxima, porque o documento se for aqui aprovado é aplicado e se não for não é e, portanto, mais do que ninguém os deputados municipais têm essa responsabilidade, mas também os munícipes têm essa responsabilidade e podem ter efetivamente a sua participação naquilo que é o período de consulta pública. Por outro lado, não poderia deixar de referenciar alguns casos, em que este tipo de códigos de comportamento, códigos de conduta, foram aplicados em determinadas cidades e que tiveram resultados significativamente positivos. É o caso de Barcelona, é o caso de Nice, e nestes dois casos, que eu tive oportunidade de me informar, mas certamente todos aqui presentes na sala terão essa oportunidade também, o que se verifica é que houve uma requalificação do turismo, não houve menos turismo, não deixou de haver turismo, não deixarão de vir para Albufeira,

não haverá menos turismo em Albufeira, o que poderá haver é uma requalificação do turismo em Albufeira, e parece-me a mim que se falarmos em requalificação, se falarmos em não haver aqueles espetáculos absolutamente negativos no meio da rua, de pessoas nuas em cima de balcões, e mascarados com fios dentais, e por aí fora, e com bonecos e determinadas posturas negativas no meio da via pública, que qualquer pessoa, chamamos-lhe nas suas faculdades mentais normais, porque aquelas pessoas fazem aquilo porque estão de certa forma adulteradas, com álcool ou outras substâncias, o quer que seja, não vai para aquelas ruas, e temos que pensar o seguinte, com que direito é que essas pessoas vêm para Albufeira tirar a vontade daqueles que aqui moram e de outros que nos visitam, de frequentar aquelas ruas, não têm esse direito. E portanto, têm que ser devidamente disciplinados e parece-me que esse é o objetivo deste código de conduta, naturalmente, com aquilo que é as alterações suscetíveis ainda poder acontecer, parece-me que estamos a ir pelo bom caminho, é uma medida que não aparece isolada, aparece conjunto com aquilo que é o sistema de câmaras de vigilância, que é um sistema ultramoderno e que permite efetivamente dar uma ferramenta à Guarda Nacional Republicana, muito útil para o combate neste tipo de situações, mas também de criminalidade. E eu queria deixar aqui meus parabéns ao executivo por ter tido a coragem efetivamente avançar o código de comportamentos em Albufeira." -----

Mónica Félix: Boa noite a todos, Senhor Presidente, estamos a terminar o mandato e neste momento temos um executivo muito preocupado em lançar vídeos na comunidade social, a promover Albufeira, ou o Senhor Presidente, muito conveniente para esta altura, pois temos as eleições à porta. Não é esta estratégia que irá melhorar o futuro dos albufeirenses. Continuamos desorganizados e sem qualquer visão estratégica a médio e longo prazo. É chocante o que continua a acontecer em Albufeira, espaços públicos sujos e sem lavagem, lixo nas ruas, buracos nas calçadas e nos passeios, estradas sem manutenção, falta de iluminação nas ruas, casas de banho públicas fechadas, parques infantis sem manutenção, centro de saúde sem solução à vista, escolas sem salas de aula. Albufeira não é apenas um destino de verão, é uma cidade que devia trabalhar durante todo o ano para garantir a qualidade de vida aos seus cidadãos, através do desenvolvimento sustentável, do investimento na saúde, na educação, na cultura e na melhoria das infraestruturas. A gestão dos recursos do município tem sido um desafio constante, o crescimento turístico exige um

planeamento cuidadoso para garantir que Albufeira continue a ser um local atrativo para os visitantes, mas também uma cidade equilibrada para os seus habitantes. Projetos de requalificação urbana, o reforço dos serviços públicos, a saúde, a educação, a habitação e a aposta na mobilidade sustentável são fundamentais para assegurar um futuro próspero para todos. Senhor Presidente, o que fizeram neste mandato? Festas e festinhas? Não temos uma estrutura forte, articulada e nem conseguida, não há um plano para melhorar Albufeira. Pergunto, Senhor Presidente, quando e como pensam mudar a estratégia de investimento, sério e organizado de forma a mudar este paradigma que está instalado há mais de vinte anos, um mês antes das eleições? Continuamos assim num caminho sem fim." -----

Domingos Coelho: "Pegando na intervenção do nosso deputado Carlos Quintino, o que faltava era haver uma conspiração de esquerda, já agora convidava a dizer quais foram esses órgãos de informação conspiradores da esquerda contra o código de conduta que está a ser realizado em Albufeira. E já agora, só para precisar, em relação aos números do INE sobre o turismo, recordar que Albufeira teve em dois mil e vinte e quatro, menos zero virgula sete por cento de visitantes face a dois mil e vinte e três. Portanto, teve uma queda e é o único concelho do Algarve que ainda não ultrapassou os números de pré-pandemia, ou seja, ainda não conseguiu ultrapassar os números de dois mil e dezanove, este ano teve nove virgula cinco por cento a menos do que em dois mil e dezanove." -----

Adriano Ferrão: "Boa noite, só para pôr aqui um ponto da situação, porque estou aqui a ouvir várias intervenções, que tudo, enfim, isto está uma calamidade, é dramático viver em Albufeira, está tudo a cair e está tudo desgraçado, etc. E entretanto, vemos que Albufeira além de ser um grande destino turístico balnear que continua a ser, é uma cidade que continua a atrair cada vez mais população. Serão as pessoas masoquistas que querem vir para Albufeira para sofrer? Para mim, parece-me um bocado antagónico e um paradoxo, porque realmente cada vez temos mais pessoas que procuram trabalhar aqui, que procuram residir aqui, há dificuldades, com certeza, há muita coisa para arranjar, nada está ótimo, mas está tudo bastante bem para que Albufeira seja considerada uma cidade com grande qualidade de vida. Eu orgulho-me de viver em Albufeira e gosto muito de cá criar a minha família e por aqui andar. Por outro lado, falamos aqui desta calamidade também do turismo e não sei quê, mas também o facto é que nós, enfim ainda não temos aquele número que já tivemos aqui,

mas estamos no segundo ano, o ano passado vinte e quatro, com mais turistas que Albufeira teve, com umas dormidas assinaláveis a seguir a Lisboa. Não mais nenhuma terra neste país que o consiga. Ora, e isto é negativo? Também são eles, os masoquistas que vêm para aqui, para sofrer? Por amor de Deus. Claro que temos de pôr em ordem a casa, há exageros, Albufeira como outro qualquer destino turístico banhar de massas, que a gente não gostaria de ter, de massas, mas pronto é de massas e qualquer destino destes tem estes problemas. Teve estes problemas em Ibiza, teve estes problemas em Marbella, tiveram estes problemas em Barcelona, tiveram estes problemas na costa italiana, Amalfitana, tiveram esses problemas em todo o lado. Ora, porque é que isto acontece e vão continuar a ter? É praticamente impossível que um episódio ou outro não venha a acontecer. Agora, não fazemos nada e ficamos aqui rogar pragas? Por amor de Deus, tem de se fazer qualquer coisa. O código de conduta está aí para ajudar, as câmaras de vigilância estão aí para ajudar, o reforço policial também está aí para ajudar e nós munícipes também estaríamos aí para ajudar e dizer a essas pessoas para que não se portem assim, porque também já perdemos essa coragem." ----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, eu falo por mim, eu sinto-me altamente privilegiado por morar em Albufeira. Eu acho que nós, munícipes habitantes de Albufeira basta que vamos um pouco para fora para sentimos saudades, eu não sei se isto vos acontece, mas a mim acontece. Nós vivemos efetivamente num concelho espetacular, é lógico que tem os seus problemas, mas isso todos os concelhos têm. É lógico que há determinados problemas, seja na manutenção da cidade, seja na parte da habitação, claro que tem os seus problemas, mas vamos fazer este raciocínio, e a mim também me entristece um pouco, acompanhando aquilo que o meu colega Adriano Ferrão disse, vir a estas Assembleias e estar sempre a ouvir que parece que está tudo mal. Não está, e a prova que não está tudo mal é que Albufeira continua a ser das cidades mais procuradas no turismo, mas não só no turismo, também para as pessoas que procuram emprego e que se mudam de outras partes de Portugal para vir morar em Albufeira, para trabalhar. Também por mais jovens que gostam daquilo que é a proximidade do mar e a qualidade de vida que há em Albufeira, as infraestruturas desportivas, etc. Albufeira é procurada por turistas, mas também por pessoas nacionais, que deixam as suas cidades no Alentejo, no centro, norte do país, para vir para cá viver também. E isso quer dizer alguma coisa, eu percebo, nós estamos em ano de eleições e, portanto, há que pintar aqui um filme negativo, isso faz parte da política

partidária. Agora, vamos pôr a mão na consciência e verificar aquilo que realmente é sério, e aquilo que é sério é que Albufeira continua a ser extremamente procurada seja por turistas nacionais e estrangeiros, seja por pessoas para vir trabalhar, para vir estudar, para vir fazer outro tipo de atividades, e há uma coisa que eu digo sempre, quando nós dizemos que somos de Albufeira, isso nunca nos envergonha, nunca nos envergonha.” -----

Leonardo Paço: “Boa noite a todos, obviamente que o código de conduta faz falta, é essencial, não me parece que seja este, embora tenha sido empolado pela comunicação social, andar de calções em Albufeira obviamente que vai ser permitido, não acredito que não o seja no final do dia, mas é essencial o código de conduta. Por tudo o que temos passado nos últimos anos penso que é essencial o código de conduta, portanto, temos é que se calhar afiná-lo e torná-lo mais viável para que chegue aqui à Assembleia e possa ser um elemento válido e que faça no futuro Albufeira melhor. Carlos Quintino, o que se passa aqui já é questões que tem a ver um pouco com o que se avizinha, já há pessoas que estão em campanha, e vamos ter de ouvir aqui até ao final deste mandato várias coisas que para mim não trazem valor acrescentado.” -----

Domingos Coelho: “Isto parece aqui uma mistificação, ou há uma falta de capacidade de encaixe à crítica, e aqui a crítica é sim construtiva, parece que estamos aqui, diríamos que os que não são do executivo, que estamos aqui a minimizar, dramatizar, a lançar, digamos, calúnias sobre Albufeira, nada disso. O que a bancada do PS tem feito é crítica construtiva, e em relação aos números que eu disse há pouco, são números do INE, não há aqui simulações. Já agora faço a pergunta, no tempo do governo de António Costa, o PSD dizia sistematicamente todos os dias na Assembleia a crítica ao Governo e às condições de governação do país. Será que o PSD também não gostava de Portugal? Ou criticar a atuação do executivo é dizer que não gosta de Albufeira? Eu sou mais albufeirense que qualquer um de vocês, e quem não está aqui em campanha eleitoral sou eu, portanto, se calhar há mais gente em campanha eleitoral, não é por acaso que aparece já uma série de programas por aí nos meios de comunicação.” -----

Dário Pereira: “Boa noite a todos, tenho uns pontos para referir, não se trata de campanhas eleitorais, trata-se de uma simples questão, quero dar os parabéns ao executivo pelo trabalho que tem feito em prol do turismo em Albufeira. O segundo ponto, não gostei também de ver a extrema-direita em Albufeira, sendo filho da terra, aquele tipo de manifestações em Albufeira não é digno da nossa cidade, não sei se

podia-se fazer alguma coisa para cortar aquilo ou não, todo o apoio ao deputado André Lima, porque automaticamente os nossos avós não gostavam de ver aquilo que se passou em Albufeira. O terceiro ponto, ninguém é mais albufeirense que ninguém que esteja aqui sentado, há uma coisa muito importante, nós estamos todos aqui para defender a nossa dama, que é a cidade de Albufeira e temos de trabalhar todos em conjunto para chegar a um ponto final. Não é digno ver alguns comportamentos aqui em Albufeira, não é, não é, mas estamos cá todos, todos, para trabalhar em prol nessa situação." -----

Carla Vieira: "Boa noite a todos, efetivamente a bancada do Albufeira Prometida está estupefacta com este espetáculo de bem dizer, porque, na verdade, a intervenção da minha colega não foi de mal dizer, foi sim de colocar a nu a realidade de uma cidade onde penso que todos vivemos, que todos assistimos às dificuldades, às carências e, naturalmente, que a nossa função aqui, enquanto munícipes, enquanto membros da Assembleia Municipal, o exercício nossas funções é precisamente colocar a nu tudo aquilo que existe de menos bom, naturalmente, e sermos a voz do povo que, infelizmente, nem todos terão a oportunidade para vir denunciar as diversas situações. Nessa medida, peço que haja bom senso, que haja alguma ponderação nas palavras e no facto de que a bancada do Albufeira Prometida sempre colaborou, sempre se mostrou disponível para arranjar soluções e não criar problemas, mas uma coisa é certa, da nossa parte, sempre ouviram uma palavra, que realmente não está a correr bem, porque há coisas que não estão a correr bem, aliás, o próprio senhor Presidente confessou esses factos, naturalmente que nem tudo está bem, mas também nem tudo está mal, mas num ano particularmente difícil, o que eu quero dizer com isto, é que em ano de eleições cada parte puxa um bocadinho a brasa à sua sardinha, mas uma coisa é certa, o turismo é importante, Albufeira é uma cidade apetecível para alguns, mas nunca se esqueçam de quem cá vive e nós, Senhor Presidente, e nós. " -----

Presidente da Câmara: "Queria responder ao senhor deputado André Lima, quando ele diz que a manifestação partiu da Câmara, partiu do espaço público que está em frente à Câmara, a Câmara não teve nada a ver com a manifestação, antes pelo contrário, para mim teria sido melhor não haver manifestação nenhuma daquele tipo. Depois, a separação das juntas de freguesia de Albufeira e Olhos de Água, não foi feita nenhuma solicitação de isso acontecer, é um processo que está dentro da normalidade. O deputado Domingos Coelho fala na questão da obra na Rua Afonso III, acho que é uma boa sugestão, temos de fazer uma avaliação rigorosa daquilo, isso é uma crítica

construtiva e aceito perfeitamente e vou acolhê-la e vou trabalhar na situação de adquirir aquele espaço, mas já vi que ali é capaz de não haver grande solução. Foi tal e qual como fiz em Paderne, na situação das casas que estavam quase a cair, e eu adquiri as casas para evitar aquele problema e neste momento está a ser feito internamente vários espaços que vão ter, desde residências criativas até à casa museu do acordeão, eventualmente a casa museu do jornal avezinha, sendo que o posto de turismo fica a outra casa velha em frente à igreja. A deputada Luna Silva teceu considerações sobre o código de comportamentos, que está neste momento em discussão pública, e é precisamente para isso, para recolher todos os contributos, quer individual quer coletivamente poderão fornecer. Poderá haver reuniões, mas as pessoas têm sempre a possibilidade de poder colaborar. Sobre a habitação já falamos, e lembro que há uns quinze, vinte anos talvez, nas Ferreiras, construiu-se um conjunto habitacional a custos controlados, isso também é uma realidade. Sobre a questão da deputada Mónica Félix, já é normal vir com a caracterização extremamente negativa, daquilo que é a atividade de pessoas que trabalham o dia inteiro, lançar aqui uma imagem tenebrosa sobre aquilo que é Albufeira, eu entendo assim, tenebrosa, há sempre qualquer coisa profundamente negativa. É o lixo amontoada nas ruas, é as crianças que não têm salas para ter aulas, se calhar nem há alimentação, é o centro de saúde, é tudo, não há estratégia, não há absolutamente nada. Sinceramente, todos os membros do executivo, independentemente de ser permanente ou não permanente são uns zeros à esquerda, na sua imagem não fazem nada. Peço que reflita um bocado sobre isto, não é honesto da sua parte constantemente vir anunciar essa negatividade toda como quem descarrega qualquer coisa. Aquilo que disse há pouco ao colega Domingos Coelho, críticas construtivas aceito-as perfeitamente, agora críticas negativas no geral, não, desculpe lá mas não aceito isso. Relativamente ao Domingos Coelho falou na questão dos números do INE, se queremos colocar Albufeira bem, não estou a dizer que temos sempre de falar no bem, conforme já alguém disse aqui, eu digo muitas vezes que existe muita coisa para resolver, mas também existe muitos projetos a avançar. Temos as requalificações urbanas, existe imensos projetos que já aqui falei, existe projetos para as escolas, dois jardins de infância, uma escola do primeiro ciclo, uma escola secundária, a escola EB23 Francisco Cabrita, têm os projetos praticamente prontos, estão só à espera de financiamento. Estamos a ampliar a escola das Ferreiras, isto não é investimento na educação? Na área social estamos a construir um Lar nas Fontainhas,



estamos a construir aqui na Guia um centro de Cuidados Continuados para quarenta camas, isso não é investimento? Não é investimento social? Todo aquele apoio que damos a pessoas carenciadas não é investimento? À Santa Casa da Misericórdia, à Fundação António Silva Leal, ao centro Paroquial de Paderne, à AHSA, essas IPSS não é apoio social? Isso não é ajudar a quem cá vive, em Albufeira? É só os turistas, como alguém já disse aqui, não. Nós também ajudamos aqueles que vivem em Albufeira, ajudamos e de que maneira. Não contribuímos para a segurança? Sim, contribuímos para a segurança, apoiamos a Guarda Nacional Republicana, que é um extra, digamos assim, sobre vários aspetos, ao ceder uma viatura para fazerem o patrulhamento no concelho mais facilmente, temos feito obras na entrada do quartel da GNR em Albufeira, fazemos investimento altíssimo relativamente aos nossos Bombeiros, deve ser dos concelhos que mais apoia os Bombeiros Voluntários da sua localidade. Isto não é nada? Como disse há pouco, falava-se em todas as sessões nas câmaras de videovigilância, eis que elas estão aí e já ninguém fala nas câmaras de videovigilância que estão em funcionamento. Desculpem, mas acho que isto é um bocado desonesto essa forma de ver as coisas. Alguém falou que, a campanha "Albufeira todo o ano" estava muito centrada no Presidente da Câmara, que era por causa das eleições, não, se for por causa das eleições daqui a pouco não posso sair de casa, eu tenho de trabalhar e podem ter certeza de que amanhã às sete horas eu estou na Câmara outra vez, independentemente de haver eleições ou não haver. Entendo que o tempo é pré-eleitoral, mas haja bom senso, tem de haver limites. O Domingos falou na questão dos números do INE, pode ser visto de uma maneira ou ser visto de outra, é o ponto de vista dele o que ele disse e o meu ponto de vista é outro, e está tudo certo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Obrigada, Senhor Presidente, nas participações financeiras e outros apoios podemos ler na página dez, que se aprovou o programa de concurso para atribuição de dezoito fogos, em regime de renda condicionada nas freguesias de Albufeira e Olhos de Água e de Paderne. Eu recordo que na passada Assembleia Municipal de vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte e cinco, na intervenção do público um munícipe alegou a existência de subalugamentos, subarrendamentos nos fogos entregues pela Câmara Municipal na Ladeira da Fonte em Paderne, ato que viola o regulamento. O Senhor Presidente respondeu que iria analisar essa questão. Posto isto, pergunto-lhe se até à presente data, a Câmara procedeu a alguma ação de fiscalização e se existem ou não estes casos nos fogos entregues pela Câmara Municipal?" -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite a todos, relativamente a esta questão, todos os munícipes que concorreram e estão a usufruir destas habitações, são acompanhados pelo Serviço de Ação Social, nomeadamente pela equipa que trabalha diretamente com a habitação social, claro que elas acompanham, estão inteiradas da matéria e questionam e fiscalizam, se é essa a palavra que se pode usar e até ao momento não se verificou nenhuma situação relativamente a essa questão. Foi nosso cuidado logo após a anterior Assembleia, verificar se alguma coisa de diferente estava a acontecer e até ao momento não temos dado nenhum que possa vir de encontro com isso. Obrigada." ---

Domingos Coelho: "Questionava o senhor Presidente a propósito do ajuste direto, não é a questão do ajuste direto, é a questão do conteúdo, para um levantamento enciclopédico de famílias a Paderne, pelo historiador Nuno Campos Inácio, depois como é que isto vai ser divulgado? -----

Presidente da Câmara: "Isto é uma obra que já está uma parte feita, por outras razões, e aproveitei numa conversa com ele, para completar a obra, este levantamento, para ser escrito em livro. É de Paderne porque havia já uma parte trabalhada e foi mais fácil avançar com isso. O objetivo é avançar com todas as freguesias, isto faz parte da história, independentemente de ser muito útil ou pouco, dependerá da curiosidade de cada um, nem toda a gente tem as mesmas apetências, no entanto, o objetivo é fazer isso em todas as freguesias. Para quando não sei, será o mais depressa possível." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 27-01-2025; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----
Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Antonieta Dias, Carla Madeira, Teresa Neto e Rui Serôdio, pelo que não votaram. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos **Apoios** concedidos às **Juntas de Freguesia** do concelho;
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Junta de Freguesia das Ferreiras: "Boa noite a todos, o assunto que me tem trazido aqui nas últimas Assembleias tem sido o mesmo, só que tem tido mais uma agravante, então trago alguns documentos para entregar ao senhor Presidente, e tenho algumas perguntas a fazer. Venho por este meio manifestar a minha preocupação em relação às recentes ações do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que tem enviado cartas diretamente para os cidadãos e para a Junta de Freguesia, informando que as reparações dos caminhos municipais são da competência da Junta de Freguesia, ao abrigo do contrato interadministrativo de delegação de competências do município para a freguesia de Ferreiras, assinado a sete de outubro de dois mil e dezanove, sem ter dado tal delegação de competências. Trago o contrato, vou deixar na MESA, para

analisar visto que já entreguei vários pareceres ao senhor Presidente da Assembleia que ficou de me dar uma resposta. Já há três anos sensivelmente e continuo à espera da mesma resposta e os meus fregueses estão a receber as cartas, tenho aqui algumas, não todas, porque não valia a pena. Já foram entregues pareceres a esta Assembleia Municipal, a respeito deste assunto, mas até agora não houve qualquer ação efetiva por parte da mesma. Os cidadãos e os fregueses têm razão de questionar o porquê de termos sido eleitos democraticamente para resolver os problemas do dia a dia e para não nos desculparmos uns com os outros. Nós recebemos cartas da Câmara e, a Câmara envia para os fregueses e depois os fregueses vão ter comigo. Ao qual, eu volto a dizer: está aqui o contrato interadministrativo, pode ler, diga-me onde está isso?! Eu não me importo de fazer, já disse que, eu sempre me disponibilizei, e que acho que devia de ser uma competência da junta e que, as verbas deviam de ser entregues, relativamente a isso e o material necessário para executarmos esses trabalhos. Nós nunca dissemos que não fazíamos, aliás, continuamos a fazer agora, acho que é de muito mau tom o que está a passar. É importante que esta Assembleia tome medidas imediatas para investigar esta situação e exigir explicações claras ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira. Não podemos permitir que a falta de transparência e delegação de competências afete negativamente a gestão municipal e a confiança dos cidadãos. Espero que esta questão seja discutida na próxima reunião da Assembleia e que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir o bem-estar e o interesse dos cidadãos de Albufeira que sejam sempre priorizados. Portanto, a nossa prioridade como eleitos é defender as pessoas, eu tenho de defender as pessoas da minha freguesia, tenho feito isto em várias Assembleias. Tenho outro assunto relativamente sobre isto, isto tem a ver com caminhos e podas de árvores, entrego ao senhor Presidente da Assembleia os pareceres, o contrato interadministrativo e a correspondência trocada entre Junta de Freguesia e Câmara Municipal.” -----

Presidente da Assembleia: "Permita-me que lhe responda Senhor Presidente da Junta de Ferreiras, senhor Jorge do Carmo, relativamente a esta matéria. O assunto foi já enviado à Câmara Municipal, ao senhor Presidente da Câmara para ele responder, pelo menos por duas vezes. O senhor Presidente da Junta de Freguesia teve conhecimento do ofício que nós enviamos à presidência da Câmara, no entanto até à data não obtivemos qualquer resposta, apesar de termos dado a nossa opinião de que as competências são da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia. Irei fazer nova

comunicação desta situação, de forma a que seja resolvida de uma vez por todas e, se defina a competência que, segundo o contrato interadministrativo pertence à Câmara Municipal.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Para clarificar a situação, durante esta semana chegaram três ou quatro cartas, eu só trouxe duas, nós temos respondido. Os serviços da Junta têm sublinhado o contrato interadministrativo, têm enviado o contrato para os serviços, para os serviços analisarem, eu assinei o contrato, se é competência da Junta para fazer as competências agora? Nós estamos a questionar. Se temos os pareceres da ANAFRE, da CCDR e um do Secretário de Estado, que não juntei, porque já era antigo, e já estava esclarecido, acho que podemos resolver as coisas sem as pessoas estarem a receber cartas ou sem a Junta estar a receber constantemente, só agora nestes últimos dias vieram duas ou três, foram as que trouxe, mas posso trazer muitas das que estão lá. Ninguém tem interesse em andar aqui a empurrar, o jogo do empurra, agora as pessoas estão a levar lá em casa com o jogo do empurra. Até hoje recebi uma carta que também está aí, eu não quis ler, para não me alongar mais, de uns emails de uma pessoa que trocou com a junta, onde a pessoa diz que agora como é época de eleições foram eles que nos puseram cá, mas também nos tiram. Portanto, não é por aí, não estou preocupado com isso, estou preocupado sim com o bem-estar da minha população e, dos meus fregueses e sempre me preocupei e, sempre falei nesta Assembleia sobre isso. Acho que é uma grande injustiça as pessoas estarem a levar com as coisas, com razão ou sem razão, acho que é de esclarecer e de evitar estas situações. Ninguém fica bem visto, nem a Junta de Freguesia nem a Câmara.” -----

Presidente da Câmara: “Alguma coisa se passa com esta Junta de Freguesia, é já repetitivo aquilo que vem aqui dizendo, alguma coisa se passa, porque não se passa com mais freguesia nenhuma, portanto, eu é que tenho de ir desvendar a situação. Depois, não admito é que, diga que há falta de transparência, isso é que não há. Pode haver aqui alguma interpretação dos serviços da Câmara que não seja a mais correta, mas eu digo pode haver, porque eu vou ver isto, isto tem de ficar em pratos limpos. Eu não quero ser acusado de falta de transparência, de maneira nenhuma.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento do **Relatório Anual 2024 da CPCJ** de Albufeira; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento da **Relação dos Compromissos Plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara Municipal**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Na relação de despachos proferidos ao abrigo da competência delegada pela excelentíssima Assembleia Municipal no presidente da Câmara para a assunção de compromissos plurianuais, constam dois ajustes diretos com a mesma designação de procedimento, aquisição de serviços para levantamento enciclopédico das famílias de Paderne. Um ajuste direto no valor de dezasseis mil novecentos e noventa euros e vinte cêntimos, datado de vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e quatro e o outro no valor de dezasseis mil oitocentos e noventa e dois euros e vinte cêntimos, datado de vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e quatro, questão senhor Presidente, porque é que existem dois ajustes diretos com o mesmo objeto de contratação e o que difere um contrato do outro?" -----

Presidente da Câmara: "Não tenho aqui a resposta, mas com certeza que um será complementar do outro. Vou mandar verificar e amanhã alguém lhe comunicará." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SEIS

Tomada de conhecimento da **Demonstração do Desempenho Orçamental e demonstração dos Fluxos de Caixa**, relativos ao ano de 2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SETE

Tomada de conhecimento das **Declarações de Compromissos Plurianuais e de Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2024**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Carla Vieira: "Verificamos nos documentos, uma relação das dívidas de consumo de água entre pessoas coletivas e pessoas particulares, que em conjunto devem mais de cinco milhões de euros. E que pelo menos nos últimos dois anos não foram cobrados nem recuperados esses valores, são elas pessoas coletivas, Montechoro, Empreendimentos Turísticos S.A., Quinta da Balaia, Empreendimentos Turísticos S.A., Forte de São João, Sociedade Imobiliária e Turística S.A., Janelas do Mar, Algarve Developments, empreendimentos turísticos, e, por outro lado, só em dois mil e vinte e quatro, a empresa Actitur, Atividades Imobiliárias e Turísticas S.A. acumulou uma dívida de mais que onze mil e oitocentos euros. Por último, saltou-nos a dívida do senhor chefe de gabinete do Senhor Presidente, que tem aumentado a olhos visto, ano após anos e, nesse sentido, tal como as empresas anteriormente mencionadas, gostaríamos de saber o que é que o executivo e os serviços estão a fazer para recuperar estes valores?" -----

Presidente da Câmara: "Relativamente às dívidas de água e aos grandes devedores, que foram observados, um deles está praticamente resolvido, são coisas muito antigas e está a fazer feito um encontro de contas, a questão do Montechoro, são questões que estão levantadas, como por exemplo, a questão da construção do mercado municipal, que já foi feito há quarenta anos, e ninguém conseguiu resolver isso, vai ser agora resolvido. Vai ser encontro de contas precisamente, onde entra também a dívida da água. Depois, os outros grandes consumidores, têm todos um plano de pagamentos e penso que têm cumprido. Relativamente ao chefe de gabinete, houve algum incumprimento durante algum tempo e está neste momento a cumprir o plano de pagamento que aceitou dos serviços da Câmara Municipal e neste momento penso que está tudo em ordem. Vou mandar ver novamente." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da **Retificação da minuta de constituição do Direito de Superfície, pelo Município de Albufeira, a favor do Instituto do Emprego e Formação profissional, respeitante a prédio situado no Tomilhal, freguesia de Ferreiras, tendo em vista a construção e instalação de um Polo de Formação;** -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "Senhor Presidente, sobre a presente deliberação que refere o ponto, sucedeu que, para além de outras vicissitudes já submetidas a apreciação deste órgão deliberativo, no âmbito da preparação do procedimento em presença tendente a efetiva outorga da escritura pública em causa, decorreu a necessidade de assegurar a anexação daqueles dois prédios urbanos sobre o qual o direito de superfície incidirá. Solicito um breve esclarecimento do Senhor Presidente sobre a mencionada necessidade de anexação de prédios, uma vez que os fundamentos não constam no ponto a deliberar." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Só para reavivar a memória e fazer uma questão, quando esta situação foi votada, do polo em Ferreiras, o Senhor Presidente falou na sede da Junta de Freguesia de Ferreiras, já lá vão três anos, era para saber se já tem terrenos adquiridos para a sede, se já tem alguma coisa em vista, uma vez que foi falado e, foi gravado aqui na Assembleia, precisamente neste ponto. Era também para saber se o edifício onde está a junta de freguesia, também está anexado nesses dois, ou se será só os dois armazéns, visto que aquilo estava no mesmo número antigamente. intervenções." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente às questões levantadas pela deputada Luna Silva, apesar das vicissitudes, não sei que vicissitudes têm acontecido, isto é tudo da parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional, é uma necessidade que eles entenderam propor à Câmara para fazer esta junção dos dois artigos. Não tem nada a ver com a Câmara Municipal, como é obvio, o projeto vai ser do Instituto de Emprego, a única coisa que é feita é uma cedência do espaço daqueles dois números, que passa a um, urbanos para o Instituto de Emprego, e eles depois é que tratam do processo. Não há aqui nada escondido nem nada que não seja claro. Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Ferreiras, evidentemente não me caberia na cabeça estar a

pensar em adquirir um terreno para a construção de uma possível sede da Junta de Freguesia, sem falar com o meu caro amigo. Garantidamente, pode ter a certeza, nunca eu imaginaria fazer, por mim próprio. Eu, quando propus na Guia, falei primeiro com o Presidente da Junta, não foi de animo leve. O terreno já estava adquirido pela Câmara, e depois falei com ele, e aqui o mesmo caso irá acontecer. Agora, o número onde está a Junta de Freguesia não tem nada a ver com os outros dois.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Luna Silva. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do **Acordo de Mutação Dominial de vários troços da EN395 e EN270, entre o Município de Albufeira e as Infraestruturas de Portugal, S.A** - Revisto 26/12/2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de



Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----
 A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao **Acordo de Transferência de Competências de Gestão de Património Imobiliário Público**; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Perguntar qual o uso que vai ser dado a este espaço." -----

Presidente da Câmara: "Ainda está muito genericamente, mas será a possibilidade de haver alguns serviços da Câmara que possam lá funcionar, em termos de atendimento, ou para um movimento associativo. É o que está neste momento em cima da mesa." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho na redação em vigor, bem como no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à **repartição de encargos** do Concurso Público da Empreitada de Execução de Coletores e Ramais de Águas Residuais e Pluviais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DOZE

Renovação/Substituição de 3 membros designados pela Assembleia Municipal, para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Temos aqui uma proposta única, que passo a ler: "A Bancada do PSD/CDS vem por este meio propor a deputada municipal Teresa Neto para integrar a CPCJ de Albufeira." Mas são três elementos a integrar a CPCJ de Albufeira, deixo dois minutos para conferenciarem, para que surjam mais propostas, para além da proposta do PSD/CDS." -----

Domingos Coelho: "Se bem me lembro na situação anterior, houve algum consenso entre as bancadas e, recorro de que a bancada do PS não apresentou, na altura, nenhum membro e cedeu a sua, possibilidade à AP e, portanto, nesse contexto, agora, diria que cabe à bancada do PS também ter um elemento na CPCJ. Na altura tinha falado com o Senhor Presidente que se devia fazer aqui um entendimento global e, se o senhor deputado Carlos Quintino aceita que se acrescenta aí também por parte do PS a deputada Sílvia Dias." -----

Carlos Quintino: "Por uma questão de formalidades, para que fique na ata, a bancada do PSD/CDS apresentou exatamente só um membro, mesmo imbuído nesse espírito, no

espírito democrático para que as outras bancadas também apresentarem e ser uma lista consensual.” -----

Presidente da Assembleia: “Assim sendo, não há problema em integrar nesta lista que foi proposta pelo PSD/CDS a deputada Silvia Dias. Falta-nos ainda um elemento, uma vez que são três elementos para a CPCJ. Não sei se mais alguma bancada quer apresentar alguém, ou alguém se queira propor.” -----

Carla Vieira: “Nesse caso, não vai ficar a CPCJ defraudada, e por isso, a bancada do Albufeira Prometida indica também o nome de um membro nosso, que não tem efetividade, é suplente, é o Nuno Cabrita Alves.” -----

Presidente da Assembleia: “Coloco a questão, porque a proposta é do PSD/CDS, se há algum inconveniente em acrescentar este nome, Nuno Cabrita Alves.” -----

Carlos Quintino: “Não vemos nenhum inconveniente, aliás, apresentamos só um nome, precisamente por esse motivo, para que houvesse aqui um consenso alargado e houve outros membros de bancada de outros partidos que pudessem efetivamente fazer parte da lista.” -----

Presidente da Assembleia: “Sendo assim, passaria então a ler a proposta na sua íntegra.” (Doc. n.º 1 anexo a esta ata) -----

Carlos Quintino: “Presidente eu só propunha que se alterasse então o início da proposta, no sentido de ser as bancadas representadas na Assembleia Municipal, vêm por este meio propor estes membros.” -----

Presidente da Assembleia: “Senhor deputado, eu não o poderia fazer sem o autor da proposta o propor e o permitir, portanto, ficam as bancadas da Assembleia Municipal.”

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, David Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Antonieta Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Sílvia Dias, Carla Vieira, Margarida Guilherme, Rui Bernardo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

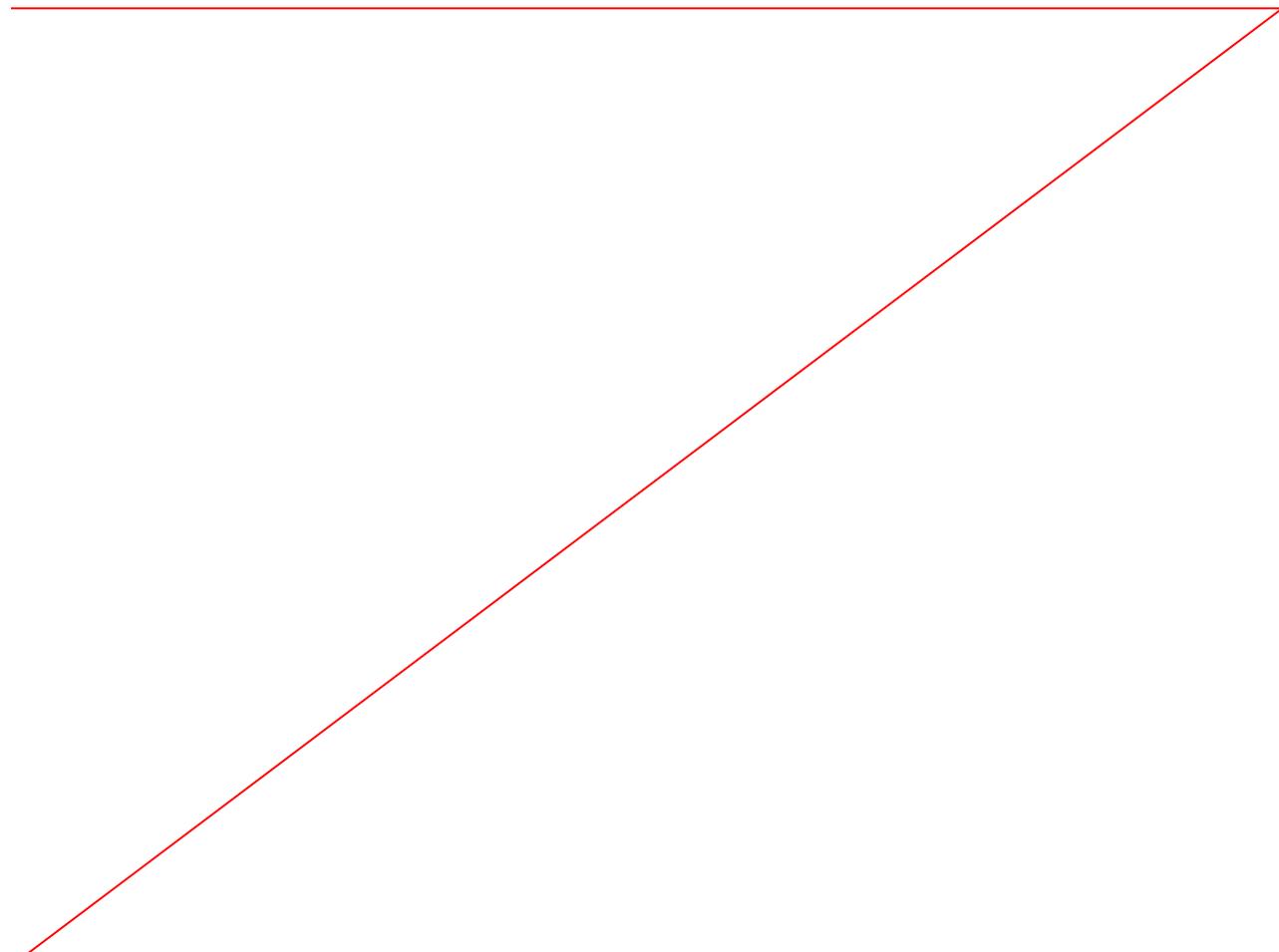
A proposta foi aprovada por unanimidade. -----
Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das
deliberações tomadas na Assembleia. -----
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por
encerrada a sessão, cerca das 21:50 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e
aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 24 de fevereiro de 2025 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



Artigo 12 da Ordem de Trabalho
 As Bancadas da ^{Asssembleia Municipal de Albufeira} ~~PSD/CDU~~
 vêm por este meio propor
 que os Deputados Municipais Teresa
 Melo, ^{SILVIA DIAS e MUNO CABRITA ALVES} ~~passa~~ integrada a CPCJ
 de Albufeira.
 SILVIA DIAS
 MUNO CABRITA ALVES

 Teresa Melo
 Indaleto Cabrita
 José Manuel dos Santos Pereira

 José Manuel G. Vila Rica

 Luís Melo
